



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Reunião Reservada	REUNIÃO Nº: 0138R/16	DATA: 09/03/2016	
LOCAL: Mato Preto - RS	INÍCIO: 10h03min	TÉRMINO: 11h24min	PÁGINAS: 28

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA - Procurador do Estado do Rio Grande do Sul. JOEL PEREIRA - Cacique de Reserva Indígena Guarani, em Mato Preto, Rio Grande do Sul. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Reserva Indígena Guarani, em Mato Preto, Estado do Rio Grande do Sul. Houve intervenção em guarani. Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível. Há palavras ou expressões ininteligíveis. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quero agradecer a gentileza de nos receberem na sua casa, com as suas famílias.

Nós viemos fazer esta visita por alguns motivos. O primeiro deles é para explicar a finalidade da CPI da FUNAI, o que nós estamos fazendo lá; e o segundo e mais importante é saber a visão das pessoas que são as destinatárias das políticas públicas, os indígenas, e que vocês consigam dizer realmente quais são as suas aspirações e os seus problemas.

Na verdade, o que nós queremos é construir o melhor para todos vocês e para o País. Então, esse é o motivo de nós estarmos aqui.

Na CPI há um processo de construção, de investigação e de pesquisa da realidade e, ao final, há proposições de políticas públicas e até mesmo de legislação.

Então, como Mato Preto se tornou um caso emblemático no Brasil, nós resolvemos iniciar por aqui, com a ouvida de vocês, com toda a liberdade, com toda a abertura que vocês puderem ter, para que nós possamos ouvi-los e entender melhor realmente o contexto do problema.

Eu sou Rodinei Candeia, Procurador do Estado do Rio Grande do Sul. Estou requisitado pela CPI da FUNAI e INCRA, dando assessoria técnica e fazendo a condução desta oitiva. Acompanham-me o Dr. Lucas Carvalho e o Dr. Fernando Rocha, ambos os consultores da Câmara dos Deputados, e o Luís e o Francisco, que nos dão apoio técnico para que isso fique registrado. Eles vão gravar tudo o que nós falarmos aqui, para que seja publicado nos Anais da Câmara e para que todos tenham acesso. E também nos apoia o Dr. Marcelo Augusto Xavier, Delegado da Polícia Federal.

Muito obrigado. Bom dia a todos.

Eu passo a palavra de imediato para o Presidente da CPI, Deputado Federal Alceu Moreira, que é quem conduz todos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Bom dia a todos! Bom dia ao Joel, ao vice-cacique, às anciãs.

A primeira questão a ser dita é que quando nós começamos a discutir as políticas indígenas, nós já começamos a discuti-las com uma contaminação do





ambiente, porque é preciso ter o a favor e o contra. Obrigatoriamente tem que ter, e, na verdade, não existe o contra.

Ninguém de nós que eu conheça quer qualquer coisa que prejudique a comunidade indígena, muito pelo contrário. Nós gostaríamos que as terras estivessem disponíveis, que o Governo comprasse as terras e as devolvesse, porque essa é uma injustiça que a sociedade brasileira, o Estado brasileiro cometeu contra a comunidade indígena.

Nós não concordamos com que o José, o Maneco ou o Pedro, em algum lugar do Estado, paguem essa conta sozinhos. O cidadão que comprou a terra, que mora na terra, não pode pagar isso só. Todos têm que pagar.

E se é preciso devolver a terra porque os índios estavam aqui antes, por que não se devolve o centro do Rio de Janeiro aos tamoios? Lá eles estavam também. Estavam no centro de São Paulo. Estavam. Por que não? Por que só escolhem as que têm laudo antropológico? Nós não compreendemos absolutamente nada sobre o laudo. Por que motivo passa a linha aqui, passa lá, por que João fica dentro e Pedro fica fora? Nós não compreendemos isso.

Nesse laudo de Mato Preto, inclusive, com tudo o que já estudamos, não há nada que diga que tinha que ser ali ou aqui. De qualquer maneira, o que se tem é um conflito interminável.

Nós fomos à Ventarra, ao Votouro, e lá as famílias indígenas e as não indígenas convivem harmonicamente, vão para a mesma escola, vivem na comunidade normalmente, sem conflito, sem nada. De fora para dentro, outras pessoas, com outros interesses, provavelmente ideológicos, tentam instigar essa discórdia profunda e acabam botando uns contra os outros.

Então, como nós já ouvimos a comunidade do Mato Preto, os não índios, hoje é o dia de ouvi-los. E nós queríamos, aqui, com absoluta serenidade, que vocês pudessem falar aquilo que vocês acham que é a verdade sobre os seus pontos de vista.

No meu caso, só para vocês compreenderem, eu fui Secretário de Habitação no Governo Germano Rigotto, e é meu o Programa de Inclusão Indígena. Foram quase 1.700 casas construídas naquela época, uma política pública visando à educação e à possibilidade de acesso às estradas, principalmente na área de





Redentora, Coronel Bicaco e Tenente Portela. Naquela época não havia essa discussão acirrada, essa luta demarcatória, e a gente já tinha essa preocupação, inclusive com a mortalidade infantil.

Então, eu queria agradecer muito, Cacique Joel, por essa oportunidade de nos receber. E agora eu coloco a palavra à disposição, já de imediato, para que o cacique possa fazer sua explanação. E, logo depois, o pessoal da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito certamente vai fazer questionamentos.

O SR. JOEL PEREIRA - (*Intervenção em guarani.*) Então, eu agradeço. Acho que esta é uma comunidade que não fecha as portas para ninguém. Eu acho que é uma discussão... Desde o começo a gente tem esse objetivo de discutir. A pessoa que quiser vir discutir, com relação a isso, a esses problemas, a gente está, a comunidade é aberta para isso, não fecha as portas para ninguém. Então, quero dizer: sejam bem-vindos! Na verdade, quero agradecer a vinda de vocês. Isso mostra esse lado de que a gente tem essa visão de que não precisa de conflito nenhum para se resolver esses tipos de questões. Eu acho que é o importante disso. E a comunidade está ciente disso. Nós somos uma comunidade que tem bastante tranquilidade, que tem bastante diálogo. Então, por conta disso, eu quero dizer a vocês que sejam bem-vindos! Sintam-se à vontade. Não tem nada que impeça vocês de fazerem questionamentos. A gente está pronto aqui para falar a verdade, o que a gente sente, o que a comunidade sente hoje. E eu acho que é importante, sim, colocar para vocês que a gente está pronto para falar aquilo que a gente tem para falar. E estamos aqui para ouvir o questionamento da equipe da Comissão. Então, eu agradeço a vinda de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Cacique Joel, o primeiro questionamento é para saber como começou a declaração de que o Mato Preto seria indígena e como se originou essa declaração para fazer o laudo antropológico.

O SR. JOEL PEREIRA - Bom, Presidente, eu acho que todos vocês sabem que essas famílias que estão aqui, que é essa comunidade hoje, que nós morávamos em Cacique Doble. E a partir de lá se originou a vinda para cá, porque nós... A partir do momento em que eu assumi a liderança, nós pensamos em conseguir um lugar que fosse só para os guaranis, porque Cacique Doble é uma reserva que foi feita, mas não foi determinada para qual etnia. Não foi dividido.





Então, Cacique Doble é uma reserva destinada para indígenas, mas já estavam misturados kaigangs e guaranis. Então, já havia um tempo que nós achávamos que não dava mais certo ficar lá com os kaigangs. Nós começamos a pensar. E aí, em busca de documentos, nós conseguimos... Eu acho que vocês devem ter acesso também a esse mapa que nós conseguimos através do Estado, que tinha um mapa que indicava uma pequena reserva de 223 hectares nesse local. Então, nós pensamos assim: como nós conseguimos esse mapa dessa pequena reserva, politicamente, seria mais fácil, digamos assim, talvez, nós conseguirmos um pedaço e que a FUNAI demarcasse esse pedaço. E aí nós resolvemos. As comunidades e as famílias conversaram e resolvemos, um tempo, vir para cá. Então, foi dali que se originou isso. E aí viemos para cá, pedimos para a FUNAI fazer o GT, fazer a identificação. Foi aí que a FUNAI fez essa identificação. Então, se originou disto: depois de uma conversa, a gente morava em Cacique Doble e se articulou e conseguiu esse mapa no Estado, e aí viemos para cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - E por que, depois do mapa que tinha 223 hectares, chegou-se a essa ampliação de área para mais de 4 mil?

O SR. JOEL PEREIRA - É. Isso foi, na verdade, um... Depois que nós chegamos aqui... Vieram conosco três dos mais velhos, que, hoje, infelizmente, já são falecidos, não estão mais aqui com a gente. E esses três mais velhos fizeram a caminhada na região, fizeram a caminhada na região, e um desses mais velhos teve a família que morava nesse local. Historicamente, ele falou que morava. Então, daí se originou essa busca de que seriam 4.200 hectares, pelo histórico deles, que diziam que... Eles disseram que algumas aldeias tinham um lugar certo. E aí o GT foi buscando esse histórico para chegar a essa conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Então, a ampliação de área foi uma narrativa dos mais velhos dizendo que em tal tempo ali tinha indígena. Mas tu tens noção de quando foi isso, de que época foi que as pessoas, que os anteriores moraram ali?

O SR. JOEL PEREIRA - É, historicamente, sim. Pelo que eu... Eu também tinha conversado com o mais velho antes de ele falecer. Isso, numa época lá de... Acho que depois de 1930, 1940, que eles tiveram... Quer dizer, eles mesmos não





tiveram. Mas, pelo histórico, a família deles estava morando ali; naquela época, eles eram crianças ainda.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Fernando Rocha, da Consultoria da Câmara. Cacique Joel, pela sua narrativa, lá em Cacique Doble habitavam kaigangs e guaranis. E houve essa decisão de buscar uma terra própria. Quantos guaranis moravam lá em Cacique Doble nesse tempo?

O SR. JOEL PEREIRA - Em Cacique Doble, praticamente todas as famílias que estão aqui moravam lá.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Sim, mas eram crianças, tem gente que nasceu aqui...

O SR. JOEL PEREIRA - Isso, há crianças que nasceram aqui, porque faz 12, vai para 13 anos que estamos aqui.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Sei.

O SR. JOEL PEREIRA - De Cacique Doble, foram as famílias que restaram lá que vieram para cá, porque antes tinha mais ainda; só que houve famílias que saíram de lá, alguns... A maioria faleceu lá. Mas, quando saímos de lá, eram em torno de 12 famílias que vieram para cá.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Quantas pessoas?

O SR. JOEL PEREIRA - Doze famílias eram em torno de 70, 75 pessoas.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - E hoje quantas pessoas estão aqui?

O SR. JOEL PEREIRA - Hoje somos entre 80 e 85 pessoas.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Quer dizer, nem todos os guaranis que estavam no Cacique Doble vieram para cá?

O SR. JOEL PEREIRA - É, não, não, nem todos vieram, porque havia outras famílias que saíram para outros lugares.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Para outros lugares.

O SR. JOEL PEREIRA - Isso.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - E em Cacique Doble ainda há algum guarani?

O SR. JOEL PEREIRA - Em Cacique Doble não, não ficou mais nenhum guarani.





O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Está certo, não sei se...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Cacique, lá em Cacique Doble há registros de que havia bastante conflito. O senhor pode nos narrar qual era o clima, como é que estava nesse momento a tensão que vocês estavam passando, os problemas que estavam passando de relacionamento lá com a comunidade kaingang?

O SR. JOEL PEREIRA - É, vocês sabem que o problema... Muitas vezes o problema dos kaingangs depende da liderança que têm. Por exemplo, havia lideranças que, quando lideraram a comunidade dos kaingangs, não permitiam que o grupo guarani tivesse uma liderança própria, por exemplo, um cacique. Eles não permitiam isso. O próprio cacique dos kaingangs queria mandar nos guaranis; queria, não, mandava. Então, dependia de qual dos caciques dos kaingangs ficava lá. Tinham caciques que eram mais rigorosos, que diziam assim: *“Não, vocês pertencem a nós, e nós vamos mandar em vocês”*. Então, assim, não... Nunca existiu um conflito físico contra eles, nunca existiu isso. Mas existia esse conflito de que eles... A liderança deles queria mandar nos guaranis, mandava nos guaranis. Aí, por exemplo, não permitia que, se uma família guarani quisesse tirar uma lenha de lá para o consumo ou até, às vezes, para venda, sem a permissão daquela liderança dos kaingangs os guaranis não podiam fazer nada. Então, esse conflito existia, sempre existiu. Desde antes, quando o falecido meu pai ainda era cacique, lá já existia isso, quando meu pai era liderança. Eles diziam assim: *“Não, nós mandamos em vocês; as coisas que vocês querem fazer aqui vocês têm que pedir a nossa permissão”*. Então, isso existia e impossibilitava de um guarani, de a comunidade guarani crescer, digamos assim. Por exemplo, para construir uma escola lá, era uma briga muito grande. Lá a comunidade nunca teve uma escola. Por quê? Porque as lideranças kaingang não deixavam. Para ter uma escola, para ter uma farmácia lá, teria que ter a autorização deles. Sem a autorização deles ninguém fazia.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E a parte do uso da terra, plantio. Era permitido que os guaranis plantassem?

O SR. JOEL PEREIRA - É também uma situação assim bem... Eles permitiam que as famílias plantassem, mas onde eles indicavam. Por exemplo, lá





tem alguns lugares que, para fazer o plantio, teria que fazer um roçado, fazer um roçado, queimar aquele lugar lá para poder plantar. Isso também eles não permitiam. Se uma família lá fizesse a roça dela e queimasse, botasse fogo para fazer a limpeza, eles diziam que era um crime aquilo que eles estavam fazendo. Aí o que eles faziam? Quando acontecia esse tipo de coisa, eles pegavam aquele guarani que fez isso, na cabeça deles, porque estava errado, e o levavam para a cadeia. Aí o guarani ficava preso lá uma semana. Até 10 dias ficavam presos lá na cadeia, porque os kaingangs têm a cadeia deles, todas as aldeias kaingangs têm a cadeia deles, não é? Então, o guarani que fizesse alguma coisa de errado, eles o prendiam e o levavam para a cadeia.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Numa questão que discutimos lá em Brasília, na semana passada, o pessoal da FUNAI sustentou o seguinte. Nós narramos que muitos indígenas aqui do Rio Grande do Sul plantavam, eram agricultores, tinham atividade agrícola normal e sem nenhum empecilho, nenhum problema. E demos o exemplo lá da Reserva Votouro. E o pessoal da FUNAI disse o seguinte: *“Isso está errado!”*. Disseram que a agricultura não é coisa de índio. Daí nós até dissemos: *“Não, isso é o que o senhor acha! O senhor já perguntou para eles?”* E nós estivemos na Reserva de Votouro, na segunda-feira, e perguntamos isso para o cacique. E o cacique nos disse o seguinte: *“Olha, eu estou lá há quarenta e tantos anos e sempre fui agricultor. O meu avô morreu com 112 anos, há poucos dias, e sempre foi agricultor. Nós somos agricultores, temos vocação pela terra e plantamos e financiamos”*. A pergunta que eu faço para o senhor é a seguinte: esta comunidade é agricultora? Ela tem vocação para a terra, como diz essa narrativa, ou os senhores trabalham com outras coisas ou têm outras expectativas?

O SR. JOEL PEREIRA - Assim: acho que nós dominamos ser agricultores e, por exemplo, aqui a nossa comunidade, hoje, tem duas partes, a gente poderia dizer assim. A gente tem essa denominação de 50% agricultor e 50% de famílias que trabalham com artesanato. Então, acho que, como essa família, todas essas famílias vieram de Cacique Doble, e lá nós plantávamos. Então, eu também acho que não dá para dizer que o indígena não é agricultor. Acho que todos são agricultores, tanto é





que a maioria das aldeias indígenas hoje planta. Não dá para dizer que não são agricultores. Mas têm algumas partes que trabalham com artesanato também.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Há pessoas que trabalham fora também?

O SR. JOEL PEREIRA - Daqui da comunidade tem, e trabalha fora porque, na verdade, hoje é obrigado a trabalhar fora. Por exemplo, algumas famílias trabalham com artesanato. Esses aí, por exemplo, podem sair e vender fora, nas cidades, mas algumas famílias não vivem de artesanato. Daí, é obrigado a sair e trabalhar fora, nas empresas.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Uma questão: o fato de ser agricultor, de usar a tecnologia que foi desenvolvida — fertilizantes, sementes, máquinas —, o fato de trabalhar fora, isto faz com que os guaranis sejam menos indígenas? Eles deixam de ser indígenas por trabalhar fora, por ser agricultor?

O SR. JOEL PEREIRA - Eu vejo que não, não deixa de ser indígena. Por exemplo, como eu falei, a pessoa, o guarani que sai daqui e trabalha, que precisa trabalhar numa empresa, ele sai porque é obrigado a sair. Se ele tentar viver aqui só na aldeia, sem ter um lugar para plantar batata doce, mandioca, sem ter esse lugar para plantar, ele é obrigado a sair e trabalhar nessas grandes empresas. Então, por conta disso ele não deixa de ser guarani, tanto é que a convivência aqui na aldeia... A gente tem essa... Na verdade, eu tenho essa preocupação de que os guaranis saiam daqui e corram esse risco de deixar de ser guaranis. Mas eu acredito que não deixam de ser guaranis, não, por conta de saírem e trabalharem fora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Cacique Joel, que tamanho de terra o senhor acha que seria necessário para que essas 80 ou 85 pessoas, essas famílias, pudessem viver com dignidade, com respeito à cultura guarani? Quanto de terra seria necessário? E em que local teria que estar essa terra? Onde ela deveria se localizar?

O SR. JOEL PEREIRA - Na verdade, assim, a quantidade de terra que tem hoje, por exemplo, aqui — falando especificamente daqui —, a quantidade que tem hoje... se pensando... Na verdade, assim, não é uma terra pra comunidade que está vivendo hoje aqui, mas, sim, é uma terra pra população guarani. Por que eu falo





isso? Por exemplo, tem muitos guaranis que hoje vivem em beira de estradas, algumas famílias que pertencem à nossa família. Por exemplo, se elas resolverem vir um dia pra cá, nós podemos aceitar. Então, eu vejo que uma quantidade de área... Essa quantidade que tem, na verdade, seria o suficiente pra sobrevivência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é a quantidade?

O SR. JOEL PEREIRA - A quantidade é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É 223?

O SR. JOEL PEREIRA - Eu diria assim: a quantidade de 223 amenizaria o problema da comunidade. Ainda não seria suficiente pra sobrevivência das famílias, porque vocês podem ver que a maioria dos jovens que estão aqui... Hoje de manhã eles não estão aqui porque eles foram pra aula. Então, a preocupação nossa é com os jovens. Daqui pra frente, eles vão casar, formar outras famílias. Então, a quantidade de 223 amenizaria o problema, mas não seria o suficiente pra...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A pergunta, se eu estou entendendo — o Presidente me corrija —, é o seguinte: se nós formos tentar ajudar vocês a resolver isso e conseguir uma área, qual a área que nós temos que pleitear, correr atrás? Nós estivemos lá em Votouro. Eles são em torno de mil pessoas. A reserva é grande, mas eles plantam 300 hectares. Então, a questão é: para 80 pessoas, é preciso quanto para se ter uma vida digna? Quatro mil eu acho que é muita coisa, até porque hoje, em preço de terra, nós estamos falando em algo na casa de 4 bilhões de reais. Qual é a extensão com que nós poderíamos trabalhar para tentar resolver isso? É isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É. Eu queria que tivéssemos, quando se completar a CPI, a sugestão de política futura com as políticas de saúde, de educação, de respeito à cultura indígena e, principalmente, à questão da sobrevivência com dignidade.

Então, temos que saber o seguinte: para essa comunidade receber os parentes que podem vir de fora para cá, é preciso, então, 300, 400, 500 hectares? E a localização pode ser próxima? Pode haver uma área de boa qualidade que as pessoas queiram vender e que o Governo compre e entregue. Isso deixaria a comunidade guarani satisfeita? Esse é o questionamento.





O SR. JOEL PEREIRA - Bom, Presidente, sim. Vou buscar um pouquinho do histórico também da nossa preocupação disso. Acho que é uma questão assim... Acho que vocês devem lembrar que, em 2013, teve uma proposta. Não sei se vocês tiveram acesso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Sim, sim. Tivemos.

O SR. JOEL PEREIRA - Teve esse acesso. Essa proposta, na verdade, partiu da comunidade. E aí nós enfrentamos, por exemplo... Nós botamos o peito e dissemos à FUNAI — falamos pro Ministério Público, falamos pro CIMI — que a comunidade fez essa proposta de diminuição dessa área. Essa proposta foi feita pela comunidade em questão de a gente pensar — por exemplo, a gente sabe, tem essa consciência de como um agricultor está se sentindo hoje, por exemplo, se sentindo ameaçado de perder sua terra — e até inclusive evitar conflitos futuros. A comunidade pensou nisso. Então, por conta disso, em 2013, houve essa proposta, que partiu da comunidade, de diminuição da área, de não serem mais esses 4.200 hectares — que fosse menor, que o Governo resolvesse, mas que fosse resolvido de imediato, não demorasse 2, 3, 4 ou 5 anos para se resolver, que se resolvesse de imediato. Mas também, por conta disso, a comunidade não estava dizendo assim: *“Ah, depois que os agricultores aceitarem essa proposta, já vamos entrar pra área!”* Não era essa a proposta da comunidade, mas, sim, se os agricultores aceitassem essa nossa proposta, nós diríamos que está o.k. Nós não iríamos invadir terra de ninguém, nós iríamos ficar no nosso canto até que o Governo conseguisse pagar a eles. Essa era a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - E aí o que aconteceu?

O SR. JOEL PEREIRA - Só que, pelo que a comunidade ficou sabendo, essa proposta não foi aceita pelos agricultores. Teve essa versão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Era de mais ou menos 600 hectares?

O SR. JOEL PEREIRA - Exatamente. Eram 600 e poucos hectares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Isto é o que eu queria saber: se hoje nós conseguíssemos fazer uma negociação com o Governo, que ele comprasse 600 hectares, isso tranquilizaria essa comunidade, para ela viver em harmonia com os não índios?





O SR. JOEL PEREIRA - Conversando ontem com a maioria da comunidade... Hoje, por exemplo, o processo dessa demarcação está na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Sim. Eu sei.

O SR. JOEL PEREIRA - A gente sabe que está na Justiça. Hoje, nós, na verdade proposta, não sairíamos mais da comunidade. De diminuir a quantidade de terra que nós queríamos, hoje, não sairia mais essa proposta. Como está na Justiça, nós vamos ter que aguardar. Vamos aguardar, pra ver o que a Justiça decide.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Só para completar, nessa questão da proposta, no meio dessas negociações, veio-me a informação de que haveria uma proposta de aquisição de uma área em torno de 600 ou 700 hectares aqui na região. Imagino que essa proposta também veio ao conhecimento de vocês. Por que não foi aceita a proposta de aquisição de uma área de 600 ou 700 hectares aqui na região, mas que não necessariamente é esta aqui?

O SR. JOEL PEREIRA - Bom, essa proposta veio do pessoal da comissão de agricultores aqui da região.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Foram os próprios agricultores que a propuseram?

O SR. JOEL PEREIRA - Foi feita pela comissão. Essa comissão veio até a comunidade propor, para ver se a comunidade aceitaria a compra de outra terra em outro lugar. Aí o que a comunidade avaliou nesse sentido? Por exemplo, o guarani tem muito essa questão cultural. A gente já sabe que... Três dos mais velhos que vieram com a gente já são falecidos e contaram histórias. É claro que a gente não sabe se é... Ninguém vai dizer que aquela história que eles contaram é verdade ou não. A gente não sabe disso. Mas, na nossa mente, fica aquela história de que eles viveram aqui um certo tempo. Então, a comunidade avaliou nesse sentido e achou melhor, na verdade, não abandonar essa história. Então, achou melhor não aceitar... Se a gente saísse daqui pra outro lugar, a gente deixaria toda uma história que os nossos mais velhos contaram. Então, por esse sentido, assim, mais é questão cultural mesmo, por não ter aceitado isso.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Cacique Joel, quando o senhor disse que a comunidade propôs uma área, o senhor disse que teve que enfrentar de peito aberto. Os senhores foram criticados por isso? Veio alguém falar contra:





“Como é que vocês fazem isso?” Os senhores sofreram com isso, quando os senhores tomaram essa iniciativa?

O SR. JOEL PEREIRA - Fomos muito criticados. Fomos criticados pelo CIMI, fomos criticados por algumas pessoas da FUNAI, pelo Ministério Público, inclusive pelos parentes nossos. Então, é por isso que eu estou dizendo a vocês... Nós botamos o peito, a comunidade botou o peito e disse assim: *“Pra resolver essa questão, pra que a gente evite o conflito futuro com os agricultores...”* Enfrentamos a eles. Dissemos: *“Não, isso é uma decisão da comunidade. A comunidade resolveu propor isso pros agricultores, para ver se eles aceitariam isso”*. Enfrentamos muito mesmo.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - E o senhor se lembra de algum nome marcante, em algum momento assim mais crítico, alguma pessoa que realmente fez uma crítica mais forte, alguma coisa nesse sentido, o senhor se recorda?

O SR. JOEL PEREIRA - Na verdade, a gente não tem nomes pessoais. Por exemplo, quando eu falo que recebemos crítica dos parentes nossos... Por exemplo, os guaranis têm uma organização também que trabalha nesse sentido de ajudar as comunidades. A gente tem uma organização aqui no Estado, que é comandada pelos guaranis. Essa organização nos criticou. Tem uma organização em São Paulo que trabalha com os guaranis em todo o Brasil. Ela também nos criticou. Na verdade, não foi assim pessoal. A organização criticou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas, do CIMI, quem especificamente do CIMI dessa região fez crítica com relação a isso?

O SR. JOEL PEREIRA - Assim, acho que, assim, como eu falei no começo, nós estamos aqui pra falar a verdade. Então, isso não... Aqui quem nos atendia era o pessoal do CIMI Sul, que é que tem... Aí tem o pessoal do CIMI de Iraí e pessoal de Porto Alegre. Quem mais nos criticou foi o pessoal do CIMI Sul, que são aqui do Rio Grande do Sul, que é Iraí e Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - E a liderança deles quem era? Tu tens o nome dele?

O SR. JOEL PEREIRA - Liderança...





O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - No CIMI, quem é que liderava isso? Quem é que comunicava isso a vocês? Uma pessoa vinha aqui dizer a vocês: *“Olha, isso está errado. Nós não concordamos com isso”*.

O SR. JOEL PEREIRA - Na verdade, assim, eles não vieram pessoalmente aqui na comunidade falar isso. Mas eles fizeram um documento em repúdio à nossa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas vocês têm acesso a esse documento? Tiveram acesso?

O SR. JOEL PEREIRA - Nós não temos acesso a esse documento, mas nós ficamos sabendo. Tanto é que o CIMI sempre visitava a gente, mas faz 3 anos, 2 anos que não visita mais a gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - E da FUNAI quem eram as pessoas que fizeram críticas a isso?

O SR. JOEL PEREIRA - Então, da FUNAI, na verdade, isso foi no começo. No começo lá de... Quando nós partimos pra fazer essa proposta, aí começou a vir crítica. Na verdade, não teve pessoal, assim, mas veio do instituto, da FUNAI. Só que no momento que nós sentamos com o Ministério Público, com... Inclusive a Presidente da FUNAI era aquela mulher que... Não lembro o nome dela agora.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JOEL PEREIRA - Acho que deve ser. No momento em que nós sentamos pra conversar sobre isso, até inclusive com a presença do assessor do Ministro aquela vez... Sentamos aqui em Erechim. Aí, no começo, veio a crítica da FUNAI, dizendo: *“Não, não poderia ser feito isso”*. Só que, quando nós demonstramos que isso foi uma decisão da comunidade, aí a FUNAI também concordou, mas não muito assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - E o Ministério Público também criticou isso?

O SR. JOEL PEREIRA - Partindo deles, houve uma crítica também, no começo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Quem era o Procurador na época?

O SR. JOEL PEREIRA - Na época, o Procurador era o Dr. Ricardo.





O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Ricardo Gralha?

O SR. JOEL PEREIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Então, como Procurador, ele criticou a decisão?

O SR. JOEL PEREIRA - Houve uma crítica em relação à decisão lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Outra questão: qual é a participação que tem, no movimento dos guaranis, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a FETRAF? Que participação eles têm no movimento de vocês? As lideranças da FETRAF têm participado desse processo?

O SR. JOEL PEREIRA - Não. Não têm participado, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Os agricultores, os pequenos produtores rurais, eles acham que a FETRAF joga dos dois lados: faz o discurso dos índios e, dali a pouco, faz o discurso dos pequenos produtores.

O SR. JOEL PEREIRA - Por exemplo, eu não conheço o pessoal da FETRAF. E do próprio sindicato aqui de Getúlio eu não conheço quem é. Então, a gente não tem conversado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É bom esclarecer isso, porque ontem, na discussão com a outra parte, houve essa alusão. Então, vocês sequer conhecem?

O SR. JOEL PEREIRA - Nós nem conhecemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não tem participação.

O SR. JOEL PEREIRA - Não tem participação.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Cacique, o senhor poderia narrar o que a comunidade passou ao longo desses anos todos aqui, as dificuldades por que passou, como foi a instalação?

O SR. JOEL PEREIRA - Como eu falei, vai pra 13 anos que estamos aqui. Quando chegamos aqui nos instalamos. Como eu disse no começo, a gente não teve esse objetivo de vir aqui atrapalhar, invadir terra dos agricultores. A gente não teve esse objetivo, tanto é que hoje os agricultores plantam próximo à comunidade — às vezes, plantam milho, feijão —, e a comunidade não interfere em nada. Não vai estragar, não faz nada disso. Viemos pra cá, achamos um lugarzinho ali na beira dos trilhos, fizemos o barraco ali e ficamos durante todo esse tempo ali. Ainda





estamos ali. Ainda não estamos usando essas casas que estão sendo feitas. E, desde lá, a gente enfrentou vários problemas, assim, enfrentou problemas de atendimento à saúde. A gente não teve atendimento à saúde. Até hoje ainda a gente tem assim... O único atendimento de saúde que a gente tem hoje quem faz é o Município de Erebango. Erebango é o único que faz o atendimento de saúde. A SESAI também não atende, tanto é que a gente não tem uma equipe aqui que atenda à comunidade. Até hoje, a gente não tem saneamento básico. Estamos sem saneamento básico, sem água.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - E como a FUNAI age em relação a isso? A FUNAI, que representa os índios, não diz absolutamente nada em relação a isso?

O SR. JOEL PEREIRA - Eu vou chegar até a FUNAI também. Então, a gente está vivendo até hoje ainda essa dificuldade. A única coisa que a FUNAI traz... Eu acho que é obrigação da FUNAI... Na verdade, só quando a CONAB manda a FUNAI trazer a cesta básica, aí eles trazem a cesta básica. Mas, com relação a outras coisas, a gente tem uma dificuldade enorme de pedir à FUNAI que faça atendimento melhor pra comunidade, tanto é que, nesse período, durante esses 12 anos em que estamos vivendo aqui, nós sobrevivemos com as nossas próprias pernas. Ninguém chegou aqui. Nem a SESAI nem a FUNAI nem o Estado chegaram aqui pra ajudar a gente. Eu sempre falo assim: que a minha comunidade hoje é uma comunidade guerreira, uma comunidade guerreira pra sobreviver até hoje, porque nenhuma comunidade sobreviveria como está vivendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Joel, essa é uma questão em que nos debatemos, porque, no Brasil inteiro — aqui certamente está acontecendo agora —, quando chega a hora de fazer o mapa de demarcação das grandes terras, aparece o CIMI, a FUNAI, o Ministério Público, ONG de todos os lugares. Isso ocorre na hora de demarcar terra, mas, na hora de cuidar do filho doente do índio, eles não estão aqui, eles nunca estão. Na hora de proteger a comunidade indígena, aí não. Lá na Raposa Serra do Sol, os índios estão morrendo como gado bichado na beira do trilho; não têm atendimento. Aquela terra toda foi demarcada, e eles estão disputando comida no lixo — no lixo! —, disputando com os urubus, pegando um pedacinho de pão velho para comer, num abandono completo.





É uma coisa que nos indigna porque, na hora em que é para demarcar terra, que não vai ser do índio — a terra fica de propriedade da União, nunca o índio tem a terra na mão dele, quer dizer, não é do índio, é da União —, aí todo mundo está interessado, todo mundo dá opinião, vem aqui. Quando chega a hora de salvar o índio que está morando na beira do trilho, com o filho com febre, há muitos dias sem alimentação, sem remédio, aí eles não estão aqui.

Então, eu pergunto o seguinte: será que nós estamos querendo mesmo discutir uma política pública para os índios, para dar dignidade, discutindo com os índios, ou os índios estão sendo utilizados como massa de manobra para demarcar grandes áreas, que depois serão entregues a terceiros, e não aos índios?

O SR. JOEL PEREIRA - Na verdade, se eu... Nós, particularmente a comunidade dos guaranis, não sabemos qual é o interesse, por exemplo, da FUNAI e do Ministério Público. Nós não sabemos desse interesse deles. O que, na verdade, nós queremos é um lugar pra sobrevivência. Por exemplo, como o Presidente está falando, a questão da Raposa Serra do Sol é uma área demarcada. É uma área demarcada. Aí você... Tem que ter uma visão também, por exemplo, dependendo das comunidades que recebem essas terras. Dando um exemplo nosso, nós conseguimos esse pedacinho de terra que foi cedido à gente. Nós temos 1 hectare de feijão plantado lá que é pra comunidade. Acho que depende da visão daquela comunidade indígena também. Acho que tem que ter uma noção assim: quando tem aquele pedaço, aquele espaço pra sobreviver, como a comunidade tem que sobreviver? Hoje nós pensamos assim. Hoje, se nós formos esperar pela FUNAI, se nós formos esperar pela SESAI, nós não vamos conseguir ter nada aqui. Nós também temos que tentar caminhar com as nossas próprias pernas.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Lá em Votouro nós percebemos o seguinte, que eles têm ótimo relacionamento com o Município de Benjamin Constant do Sul, que presta todo tipo de serviço e tem uma proximidade muito grande, e também com o Município de Faxinalzinho. Vocês aqui referiram que o Município de Erebangó é o que apoia vocês.

Vocês acham mais fácil, em vez de ficarmos pensando em SESAI, FUNAI ou alguma coisa, que o Município é que tenha essa parceria com os índios e tenha essa relação para prestar assistência? Essa é uma pergunta. Nós queremos saber





como nós vamos sugerir as políticas públicas. Que sejam feitas pelo Município? Pelo Estado? Pela União? Pela SESAI? Pela FUNAI? Afinal de contas, para vocês é melhor se relacionar com que nível de administração?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Joel, por exemplo, aqui vocês poderiam escolher o Município em que vocês gostariam de ser atendidos. Para que venha recurso público para o Município, a liderança indígena tem que ir lá conversar com o Município, acertar o tipo de serviço que a comunidade vai receber, e aí assina o convênio; se não, não. Então, não pode o Município de Erebango atender aos índios como se fosse um favor. Não tem favor nenhum nisso. Tem que ter uma política pública que diga o seguinte: tem que depender da liderança, senão tem desrespeito. O Município recebe o dinheiro, gasta em outros lugares, e os índios continuam sem atendimento. A gente queria que, na proposta de política pública que nós vamos fazer, tivesse o seguinte: *“Tem recurso do Governo Federal? Tem. Da Secretaria de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde, vai vir recurso. Tem tantas famílias, o critério é tanto de recurso para cada família. Faça o convênio com a Prefeitura tal, e a Prefeitura é obrigada a atender isso, isso e isso.”* Pergunto: isso serviria para vocês?

O SR. JOEL PEREIRA - Eu concordo com isso. Acho que, por exemplo, no caso nosso aqui, como eu disse, quem nos atende é o Município de Erebango. Aí também depende dos Municípios que têm interesse de atender à população indígena. Por exemplo, o Município de Erebango, na verdade, teria que estar recebendo os recursos da SESAI e recursos do Estado. Teria que vir tudo para o Município, porque é ela que está nos atendendo. Então, eu concordo com essa...

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Cacique, voltando um pouquinho na história que o senhor nos contou, o senhor disse que veio de... Eu não sou da região, não me recordo do nome. É Cacique Doble, não é, uma reserva? Dá mais ou menos 100 quilômetros? Eu imagino que sim, pelo que eu vi. Mas eu queria saber se os senhores vieram andando e como foi esse deslocamento, se foi fácil. Da reserva de Cacique Doble até aqui, foi demorado, foi andando, foi de ônibus?

O SR. JOEL PEREIRA - Não foi fácil vir para cá, não é? Tivemos muitas dificuldades em vir para cá. Como nós mesmos nos articulamos, a comunidade, nós mesmos pagamos para que alguém nos trouxesse.





O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - Vocês que pagaram o deslocamento?

O SR. JOEL PEREIRA - Isso, o deslocamento.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - E tinha algum não indígena com vocês, alguém que não era indígena?

O SR. JOEL PEREIRA - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o relacionamento que vocês têm ou tinham com a Flávia, a antropóloga?

O SR. JOEL PEREIRA - Bem, na verdade, nós conhecemos ela em Cacique Doble, numa visita que ela fez lá. Na verdade, ela conhecia mais o pessoal do Biguaçu, os guaranis lá do Biguaçu. Ela inclusive ia lá, eu acho que participava das cerimônias. Aí teve um tempo em que os nossos parentes de Biguaçu vieram nos visitar. Naquela época, ela veio visitar a gente, naquela época em que ela estava estudando ainda. Eu acho que foi em um ano em que a gente nem estava... Na verdade, eu nem era liderança ainda lá. Acho que quem era liderança era o falecido pai ainda, era a liderança lá. E a gente nem pensava ainda em vir para cá pedir a demarcação, nem pensava ainda nisso. Mas nós conhecemos ela em Cacique Doble.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - E ela é uma das pessoas que orientou vocês a fazerem essa reivindicação da terra?

O SR. JOEL PEREIRA - Essa vinda para cá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É.

O SR. JOEL PEREIRA - Não. Na verdade, não foi orientado por ela. Como eu disse, houve uma articulação da própria comunidade, da própria comunidade, juntando essa documentação, como eu falei, o mapa a que nós tivemos acesso. E a este mapa nós tivemos acesso buscando, conversando com o pessoal... Acho que, na época — eu ainda lembro, mal e malzinho, ainda —, acho que com o pessoal do Cumim a gente teve uma conversa. Eles indicaram uma pessoa do Estado para nós irmos naquela vez. Tinha a Secretaria da Agricultura. Nós fomos até a Secretaria da Agricultura, e eles tinham esse mapa de 223 hectares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Ontem, Joel, conversando com o pessoal de lá, eles disseram que dois cidadãos não índios, brancos,





disputaram uma área em Sananduva. E um deles, que perdeu a terra, é que tinha esse mapa na mão e queria...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Ah, não é daqui, não. É lá de Caciقة Doble, é outro caso. Estou fazendo confusão, estou fazendo confusão.

Alguém tem mais alguma pergunta?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Uma pergunta, sim. A Flávia, a gente sabe que ela já tinha feito trabalhos lá em M'Biguaçu, e ela tinha conhecimento com os indígenas lá, inclusive parentes do senhor. Foi ela que trouxe — eu acho, não sei se é — um tio ou parentes de vocês de nome Antônio e Rosa, ali, para, uma vez que...

O SR. JOEL PEREIRA - Sim. A Rosa é minha tia.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Foi a Flávia que os trouxe de lá, numa ocasião em que eles pediram para ela?

O SR. JOEL PEREIRA - Acho que foi numa ocasião que eles vieram, não é? Eles vieram visitar, só que não ficamos sabendo se foi ela que trouxe eles, não é? Eles apareceram ali, vieram visitar a comunidade ali. E na ocasião a Flávia veio junto. Só não sabemos se foi ela que trouxe eles.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor referiu que ela participava das cerimônias lá. Isso é uma discussão, o senhor sabe, não preciso dizer, que permeou bastante por aí. O senhor pode nos narrar isso? Como é que foi isso, essa participação dela nas cerimônias lá e aqui?

O SR. JOEL PEREIRA - Na verdade, assim, é... A comunidade guarani lá de Biguaçu, tem uma época que eles fazem cerimônias. Acho que é uma cerimônia que tem a presença das ervas, dos chás. É bem provável que a Flávia tenha participado disso lá, não é?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas aqui ela não participou.

O SR. JOEL PEREIRA - Não, aqui... Caciقة Doble e aqui, a nossa comunidade... Na verdade, esse tipo de ritual não pertence à etnia guarani. Quem está fazendo lá... Até nós, aqui, nós condenamos esse tipo de atitude lá da comunidade de M'Biguaçu. A maioria dos guaranis, a maioria da liderança guarani





condena esse tipo de atitude de lá. Então, portanto, Cacique Doble... Quando nós estamos em Cacique Doble e aqui, nós não usamos esse tipo de ervas. Não sabemos como que é feito isso.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas foi feita uma experiência ali e foi negativa, não é?

O SR. JOEL PEREIRA - É, na verdade, eles tentaram. Eles trouxeram e tentaram, pediram para que nós fizéssemos uma cerimônia do jeito que eles faziam lá, mas só que nós não aceitamos. Não foi feita a cerimônia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O senhor sabe se a antropóloga Flávia tinha relacionamento de natureza pessoal com algum indígena?

O SR. JOEL PEREIRA - Olha, assim, eu fiquei sabendo por “diz que”, mas não tive assim... Ela mesma não falou, não. Acho que o pessoal da comunidade também não. Mas assim, por “diz que”, teve algum relacionamento com indígena lá da M'Biguaçu.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Cacique, sou Fernando Rocha, da Consultoria. Vou fazer uma série de interpelações ao senhor.

Para viver tem que comer, e para comer tem que ter dinheiro, está certo? O senhor deu alguns indícios de atividade econômica de jovens que trabalham fora, do artesanato, do plantio de feijão. É isso que garante a sobrevivência aqui da aldeia ou tem outras atividades?

O SR. JOEL PEREIRA - Não, é isso que garante. Não tem outras atividades, não.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Da agricultura, é só para consumo interno ou há excedente de produção que os senhores vendem para fora?

O SR. JOEL PEREIRA - Acho que a gente sempre pensa em, futuramente, sim. Na verdade, se um dia a gente tiver um espaço bom para plantio, acho que a gente tem que pensar, sim, porque nós guaranis, na verdade, nós pensamos no sentido assim: tem que ter uma parte para o consumo, para que a comunidade não passe fome, mas também tem que ter uma parte para venda, por exemplo. Porque hoje, por exemplo, os nossos filhos precisam de calçados para ir para a escola, para o colégio, precisam de roupas. Então, acho que, no momento em que nós pensamos





para a sobrevivência, se tiver um plantio bom, temos que ter para sobrevivência, para o consumo, e também uma parte para venda. E nós aqui trabalhamos muito com roças comunitárias. Nós ainda não deixamos de lado isso. Então, aqui, todas as famílias, quando tem um plantio de feijão, todas as famílias fazem essa roça, e na colheita esse plantio ou essa colheita de feijão é dividida para todas as famílias. Mas a primeira coisa é pensar na sobrevivência da comunidade.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - O senhor não tem escola na comunidade, tem?

O SR. JOEL PEREIRA - Não tem.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - As crianças estudam onde?

O SR. JOEL PEREIRA - As crianças estão indo todas ao colégio de Erebango, na cidade.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Erebango. E como é o transporte delas pra lá?

O SR. JOEL PEREIRA - Felizmente, a gente tem uma relação boa, assim, com o Município, com o Prefeito de Erebango. Então, o transporte, ele manda, pra levar os alunos pra cidade.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Ele dá esse apoio, então. Curiosidade: como é a escolha da liderança?

O SR. JOEL PEREIRA - A escolha da liderança, na etnia guarani, a escolha da liderança é feita pela própria comunidade. No meu caso, por exemplo, quando o meu pai faleceu, as lideranças fizeram a reunião e me escolheram, pelo fato de eu ter já alguns conhecimentos, assim, das políticas de fora, porque, pra ser uma liderança, tem que conhecer a própria comunidade e também tem que conhecer um pouco do mundo de fora, digamos assim, porque, para o guarani, tem o mundo guarani e o mundo de fora. Então, é uma escolha da própria comunidade dizer assim: aquela pessoa é que vai nos representar.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Tem que ser alguém mais esperto pra lidar com os não índios, não é?

O SR. JOEL PEREIRA - Isso, exatamente. Tem que ser alguém mais esperto.





O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - O senhor disse que não é da cultura guarani o uso daquelas ervas em cerimônias. E como isso foi introduzido, especificamente, nesse grupo guarani?

O SR. JOEL PEREIRA - Assim, pelo que a gente ficou sabendo, não é? A gente não tem essa certeza, assim, de como essa medicina que não pertence ao grupo guarani entrou para aquela comunidade. A gente não tem essa certeza, mas eu acho que foi, assim, pelo fato de aquela comunidade estar sofrendo, acho que pelo consumo de bebida alcoólica, eu acho que alguém que não é indígena que sabia desses remédios entrou lá e convenceu a comunidade que fizesse esses tipos de cerimônias e consumir esse tipo de chá.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - O senhor me disse que existe uma organização guarani no Rio Grande do Sul, que parece que coordena todos os guaranis. Que organização é essa?

O SR. JOEL PEREIRA - Essa organização é chamada... Tem a sigla CAPG.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - CAPG?

O SR. JOEL PEREIRA - CAPG, que é uma articulação das comunidades indígenas guarani. Na verdade, essa organização normalmente participa de eventos que falam dos direitos indígenas. Por exemplo, quando tiver uma reunião em Brasília que vá falar dos direitos indígenas, quem representa as comunidades indígenas do Rio Grande do Sul é essa coordenação, que vai pra lá.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - E, nessa coordenação, quem é o líder, o chefe, o presidente, sei lá, o cabeça dessa organização?

O SR. JOEL PEREIRA - Quem está na coordenação é o Maurício Gonçalves. Ele tem participado bastante dos eventos.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Mas ele é guarani?

O SR. JOEL PEREIRA - Ele é guarani. Em Porto Alegre.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - O senhor fez referência também a uma organização guarani em São Paulo.

O SR. JOEL PEREIRA - Essa organização guarani de São Paulo é a Yvyrupa. A Yvyrupa é uma organização que comanda todas as aldeias do Brasil, as que são guaranis.





O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Todas as aldeias guaranis do Brasil?

O SR. JOEL PEREIRA - Isso, que é a Yvyrupa...

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - E quem é a liderança lá?

O SR. JOEL PEREIRA - Esse quem coordena é o Marcos Tupã, mais conhecido como Marcos Tupã.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - E ele é guarani de onde?

O SR. JOEL PEREIRA - Ele é guarani de São Paulo.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Guarani de São Paulo, está ótimo. E me diga uma coisa: o senhor tem aqui uma espécie de associação, de organização também da aldeia? Porque lá com os kaingang eles têm uma organização, eles têm uma associação. Como é o nome mesmo lá? *(Pausa.)* Votouro. O senhor tem aqui também?

O SR. JOEL PEREIRA - Nós temos uma associação que foi criada no ano passado, uma associação da própria comunidade, que é uma associação sem fins lucrativos.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Sei.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOEL PEREIRA - É só dos guaranis daqui. Tem a Presidenta ali, que é a Márcia.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Ali, a Márcia?

O SR. JOEL PEREIRA - Isso.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Parabéns! *(Risos.)* E de que forma, como se concilia a atuação dela, presidente da associação, com a sua liderança aqui?

O SR. JOEL PEREIRA - Na verdade, foi até uma escolha dela, porque acho que hoje a maioria das comunidades guaranis hoje quem comanda são os homens. Os homens que têm que participar de reunião. E houve, assim, uma conversa na própria comunidade de pensar assim: *“Vamos envolver também as mulheres indígenas.”* Então, houve uma conversa disso, um debate, e a gente resolveu que





fosse uma presidenta, mulher, para a associação. E hoje algumas coisas que precisar, no momento que eu precisar da associação, eu sei onde e com quem conversar. E no momento que a associação precisar das lideranças, também ela sabe com quem conversar. Na verdade, assim, a palavra já diz — uma associação —, não é? Uma associação dá para ter uma conversa mais livre e se associar com a comunidade.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Está certo, por ora.

O SR. LUCAS AZEVEDO DE CARVALHO - O senhor disse que saíram ali dos (*ininteligível*), ou vão sair e vir para essa área. Como foi adquirida essa área aqui? O senhor sabe e pode me contar um pouco da história dessa comunidade em que nós estamos aqui agora?

O SR. JOEL PEREIRA - Bem, isso... Eu acho que, na verdade, é um direito que eu tenho também, e historicamente sim. Eu não teria como te responder exatamente, não é? Mas houve um projeto feito, não é? Acho que a própria FUNAI sabe. Se for pesquisar na FUNAI, vocês conseguem mais detalhado sobre isso.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Aqui foi constituída uma reserva. A ideia é constituir uma reserva, fazer agricultura, e coisa e tal. A minha pergunta é a seguinte. O guarani tem um modo de vida diferente do dos demais indígenas. O guarani tem por característica a mobilidade, tem as suas questões cosmológicas distintas. O modelo de reserva tradicional, esse de cercar uma área e de explorar aquela área, serve para o guarani?

O SR. JOEL PEREIRA - Eu diria assim: 20 ou 30 anos atrás, não serviria, mas hoje, na verdade, somos obrigados a aceitar isso. Historicamente teve. Os próprios mais velhos que faleceram passaram por isso. Por exemplo, eles tinham essa mobilidade de viver um tempo num lugar e, quando eles achavam que aquele lugar não daria mais para sobreviver, para as famílias sobreviverem naquele lugar, que não teria mais como plantar, que teria que deixar voltar aquele ambiente como estava antes, eles se mudavam. Então, naquela época tinha essa facilidade e tinha essa liberdade, não é? Mas hoje em um lugar em que seja criada uma reserva é obrigado nós vivermos. E hoje nós aceitamos. Eu acho que toda a comunidade, as famílias sobrevivem nesse lugar. Então, não teria mais como viver como no passado, tendo essa mobilidade.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Outra questão que surgiu é a seguinte: volta e meia, principalmente nas aldeias kaingang, há conflito pela cacicância, há disputas políticas e acabam saindo grupos dissidentes que geram outros focos de conflito, busca por terras, e coisa e tal. Lá em Votouro, eles resolveram isso mudando o modelo de escolha, porque eles acham que o sistema de eleição do branco não é adequado para o modelo deles, porque cria esse conflito. Então, eles formaram — como os senhores formaram aqui — um conselho com as pessoas mais velhas, mais decisivas, e esse conselho decide como vai escolher o cacique, como vai ser a alternância. Qual é o modelo que vocês têm aqui? O que funciona para vocês?

O SR. JOEL PEREIRA - Questão que se relaciona às comunidades kaingang, eu não teria muito como responder. Mas eu diria, por exemplo, o que eu tenho sempre em mente: eu falo para o pessoal da comunidade, para as famílias, que, para eu estar de cacique, eu não ganho nada, não tenho salário. Muitas vezes, quando eu saio da aldeia em busca de melhoria para a comunidade, às vezes eu acabo gastando do meu próprio bolso, às vezes. Então, eu não ganho nada com isso. Então, acho que isso está na mente da comunidade, assim. No momento em que eles acharem que eu não posso mais liderar, eles resolvem e escolhem outra pessoa. Eu condeno esse conflito que existe nas aldeias. Não tem como você ter um conflito para resolver isso, não é? Sentando e conversando, se resolve. E eu sempre falo para a comunidade isto: *“No momento em que vocês acharem que têm que me trocar, eu não vou brigar com vocês. Eu até faço festa, se vocês colocarem outro cacique no meu lugar”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Muito bom. Pessoal, nós queríamos agradecer muito a forma como nos receberam, forma educada e civilizada; e o jeito como o Joel respondeu a todas as perguntas, sem reticências.

Eu sei que ele tem problema de *(ininteligível)* para dizer como é que foi adquirida essa área. Nós sabemos que foi uma compensação ambiental, por causa da questão da rede de energia elétrica que passava por aqui. Não há nada de errado nisso. Não há nada de errado nesse processo, pode ser feito.

E nós, na condição de Presidente da CPI, queremos dizer o seguinte: nada na Comissão Parlamentar de Inquérito, dito por nós... Não haverá nada na CPI que





possa fazer qualquer movimento para prejudicar índio, nada! Não vai haver uma sílaba para tentar prejudicar.

O que nós estamos tentando é fazer uma política pública do País com relação aos índios, para que eles não dependam de favor de ninguém. Que não tenha que vir uma ONG internacional, não tenha que vir o CIMI! Que a FUNAI faça o papel da FUNAI, não queira falar pelos índios, representar os índios. Nós queremos que vocês tenham autonomia para preservar a cultura.

Nós ouvimos, por exemplo, falar dos índios nômades, dos índios que andavam de comunidade em comunidade. Eles andavam porque podiam sobreviver no lugar onde ficavam. Se não há como sobreviver porque toda a terra está ocupada, como é que ele vai plantar feijão na outra terra, quando se mudar? Então, ele não pode se mudar. Ele realmente precisa de uma área para poder cultivar e trabalhar.

Então, lá no final do relatório, nós vamos sugerir, certamente, que os Governos — qualquer Governo, este que está ou outro — possam fazer a relação direta com as comunidades indígenas, sem intermediários, sem ONG, sem CIMI, sem ninguém. Quem tem que falar pelos índios são os índios. Eles é que têm que falar o que querem, de que forma querem. Eles têm que negociar e ver o que é ou não é possível negociar. Têm que saber disso. Não é possível se marcar uma área e essa área ficar a vida inteira a mesma coisa. Pode haver negociação futura, não tem problema nenhum. Cresce a quantidade de famílias indígenas, é claro que precisa de uma área maior.

E o Governo tem que ter uma política para poder comprar outra área para colocar à disposição dos índios. Não pode vir aqui outro laudo antropológico, outra antropóloga ou antropólogo dizer que vai remarcar, para criar outro conflito, e deixar você sendo olhado de canto por toda a sociedade. Cada lugar que entra e caminha um índio na rua, está todo mundo olhando com preconceito, como se tivesse visto um ET ali. Isso não pode ser assim! As pessoas têm que ter direito a ir ao banco e ao supermercado, cumprimentar os amigos, ir para a escola, ir para a festa e conversar com todo mundo normalmente. Não há necessidade de se fazer uma briga prévia.





Então, a gente queria, no dia de hoje, no momento em que vou encerrando a nossa oitiva, agradecer à comunidade o respeito.

E quero dizer para vocês, com todas as letras: por mais que alguém diga que a gente está tentando prejudicá-los, podem ter certeza de que vocês nunca vão ler, em nenhum documento, nenhuma atitude nossa que possa prejudicar a comunidade indígena. Muito pelo contrário, nós vamos deixar nosso cartão e nosso telefone, e, se vocês quiserem algum dia fazer contato com a gente para pedir qualquer tipo de solução possível, nós da Comissão Parlamentar de Inquérito estamos à disposição, principalmente eu, que sou daqui do Rio Grande do Sul, está bem, Joel?

Deixo a palavra à sua disposição para fazer o encerramento, se quiser.

O SR. JOEL PEREIRA - Em nome do pessoal que está presente hoje, como eu falei no começo, a gente fica honrado com a presença de vocês. Como eu falei no começo, a gente está aqui não para impedir aquela pessoa que quiser vir conversar com a gente, propor algumas coisas, discutir. A gente não é fechado para receber. Então, até pela fala do pessoal ali, estamos felizes com a vinda de vocês. E acho que isso faz com que esse problema tenha uma visão de que, conversando, pode-se chegar a uma conclusão e, no final, haver uma resolução. Então, eu acho que isso traz um olhar nosso, da comunidade, nesse sentido aí. E a gente está disponível para isso, para qualquer pessoa que quiser vir. Eu até falo para o pessoal da região, assim, por exemplo: *“Algum agricultor ou alguém do sindicato que quiser conversar, a gente não está fechado para ninguém aqui”*. Nós não somos uma comunidade nem somos índios que querem brigar por qualquer coisa. A gente não é de briga. Então, por conta disso, hoje, mesmo que Mato Preto seja um foco assim de... Muitas vezes na mídia se fala que é um foco de conflito. Mas, durante esses 12 anos que estamos aqui, nunca houve conflito nenhum com os agricultores. Então, isso partiu da nossa visão, da visão da comunidade em dizer assim: *“Não vamos partir para o conflito, porque não vai resolver nada, se nós, por exemplo, entrarmos, invadirmos o terreno de um agricultor, ou se um agricultor ameaçar e matar um de nós, pois não vai se resolver nada”*. Então, não vamos levar por esse lado. Então, o importante disso é conversar, se for preciso a gente conversar. Tanto é que a gente está disponível aí. Aqui na região, nos Municípios de Getúlio e de Erebangó, a gente tem vários amigos hoje. A gente conversa, tem lojas, mercados, pessoas da





Prefeitura, em que a gente tem vários amigos. Então, por conta dessa visão da própria comunidade em achar que conflito não vai resolver nada, por conta disso eu tranquilizo vocês também, a Comissão. Partindo de nós, nunca vai haver conflito aqui. Ninguém vai invadir terra de ninguém, ninguém vai estragar plantio de ninguém aqui. A gente sabe até onde é o nosso limite. Então, por exemplo, a gente tem esse pedacinho hoje e a gente sabe que o nosso limite é até ali. Dali para lá, não podemos passar, por enquanto. Então, por conta disso, eu agradeço. Em nome do Presidente, eu agradeço toda a Comissão. Em nome da comunidade, também, eu agradeço a vinda do delegado da Polícia Federal. Nós até estávamos brincando antes, que a gente pensa assim — mas foi só uma brincadeira entre nós: que não precisaria vir a Polícia Federal junto, porque nós não iríamos fazer nada. *(Risos.)* Nós somos indígenas, mas nós somos calmos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem mais, Joel: esse pessoal que está conosco não está vindo só aqui. Em todas as aldeias que nós formos visitar, guarani ou kaingang, vai estar o mesmo grupo, com o mesmo aparato. E é claro que há outras aldeias muito mais agressivas do que vocês.

Pessoal, com isso eu quero dar por encerrada a nossa oitiva, agradecendo a presença de todos.

Obrigado. *(Palmas.)*

